

# **Reflexões Sobre a Utilização das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem da Educação Patrimonial no Brasil**

**Ivanilde da Conceição Silva<sup>1</sup>**  
**Luciana Mendonça da Silva<sup>2</sup>**  
**Natália de Andrade Fernandes<sup>3</sup>**  
**João Batista Bottentuit Junior<sup>4</sup>**  
**Conceição de Maria Belfort Carvalho<sup>5</sup>**

## **Resumo**

O presente trabalho visa compreender o papel das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial no Brasil. Num primeiro momento, foi realizado um estudo sobre as tecnologias relacionando-as à educação. Posteriormente, conceituou-se a educação patrimonial, abordando a sua evolução histórica e localizando-a no currículo escolar atual. Finalmente, buscou-se verificar o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial no Brasil. Para a consecução da pesquisa foi utilizado a revisão bibliográfica. Assim, constatou-se que já existem algumas experiências pontuais utilizando a tecnologia no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial, todavia, ainda não são suficientes para que haja a difusão significativa de conhecimentos acerca do patrimônio cultural e de sua preservação.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Patrimonial. Tecnologias.

## **Introdução**

O mundo globalizado possibilitou várias mudanças na sociedade, o que favoreceu novas configurações sociais, políticas, ambientais e econômicas. Em meio a

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Ciências Sociais. Bolsista FAPEMA. E-mail: ivanildedasilva2010@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Gestão Educacional e Gestão Pública. Graduada em Pedagogia e Administração. Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: lucianams13@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Direito Ambiental. Graduada em Direito. Bolsista CAPES. E-mail: natfernandes\_1@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Ciências da Educação. Mestre em Educação Multimídia. Especialista em Docência no Ensino Superior. Tecnólogo em Processamento de Dados. Licenciado em Pedagogia. Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jbbj@terra.com.br

<sup>5</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Mestre em Estudos Literários. Graduada em Turismo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Nível Mestrado. E-mail: cbelfort@globo.com

essas transformações, atribui-se à tecnologia o papel de comandar uma verdadeira revolução de ordem social, seja na rápida difusão das informações, seja na ruptura de barreiras físicas entre países, pessoas ou instituições.

Esse contexto não deixou de influenciar sobremaneira a educação e esta teve que ser reinventada dentro e fora da sala de aula, acompanhando as transformações e inserindo gradualmente o uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

A educação constitui-se num processo de desenvolvimento do ser humano em sua totalidade e ao longo de sua existência, iniciando-se no ambiente familiar e posteriormente expandindo-se para outros espaços. Conforme preconiza o art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação deve ser entendida como um direito de todos, sendo responsabilidade da família e do Estado promovê-la, com apoio da sociedade, de modo que se atinja o desenvolvimento pleno do indivíduo, preparando-o para o trabalho e para o exercício digno de sua cidadania.

Assim, a educação é um processo indispensável ao desenvolvimento do cidadão, uma vez que favorece a sua inserção ativa no contexto econômico, histórico e social. Nesse sentido, a educação não acontece somente na escola, mas também em outros espaços em que o indivíduo está inserido, levando-o a construir um sentimento de pertencimento a esses espaços, a sua história e a sua cultura.

Um elemento importante desse contexto é a educação patrimonial, que consiste num “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

Assim, a educação patrimonial não só torna o indivíduo capaz de se reconhecer em um ambiente sociocultural como também o faz despertar para a preservação do patrimônio que conserva viva a memória e a identidade da comunidade e dos indivíduos nela inseridos.

Ao perceber o quão relevante pode ser o ensino-aprendizagem voltado para o reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio, pensou-se em como desenvolver esse processo aliado ao uso de tecnologias. Então, o presente trabalho surge a partir da seguinte inquietação: *qual o papel das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial no Brasil?*

Nesse sentido, percebe-se a necessidade tanto do professor quanto do aluno em desenvolverem novas competências a partir de uma troca de experiências situada

entre o ensinar e o aprender para além dos espaços físicos dos estabelecimentos formais de ensino, fazendo uso das tecnologias.

Dessa forma, o trabalho objetiva verificar o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial no Brasil. Pretende-se realizar este estudo de maneira substancialmente interdisciplinar, vez que perpassa por diferentes áreas do conhecimento, bem como através de uma pesquisa essencialmente bibliográfica.

O trabalho discorrerá inicialmente sobre a tecnologia e sua relação com a educação. Em seguida, buscará explicar conceitos sobre a educação patrimonial, assim como a sua evolução no Brasil e a forma como é trabalhada nos currículos escolares. Finalmente será abordado, no contexto nacional, o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial, propondo algumas sugestões de novas possibilidades de uso.

## **1. Tecnologia e Educação**

A tecnologia está presente em todos os setores da vida contemporânea. Num curto período de tempo ela foi ganhando espaço e hoje é indiscutível a sua importância nas mais variadas atividades do cotidiano. Na esfera econômica destaca-se o desenvolvimento do comércio internacional, a expansão de empresas multinacionais; no âmbito da informação e comunicação, ressalta-se a velocidade com que as notícias circulam em rede, sem falar da comunicação em massa. A tecnologia trouxe inúmeras mudanças em âmbito mundial, conforme destaca Castells (2016), com desdobramentos principalmente na ordem social e impactos não menos importantes na esfera da educação.

Alguns sociólogos, tais como Ulrich Beck (2010) e Anthony Giddens (2012), denominam esse período de modernidade, cuja característica principal é a ruptura com os modelos institucionais tradicionais. A educação é um exemplo dessa mudança com a chegada da tecnologia, uma vez que possibilita o aprendizado através de múltiplos espaços virtuais.

Não há como se falar em desenvolvimento tecnológico sem mencionar as redes. Elas são uma importante categoria por se tratar de um elemento substancial para a compreensão da nova era tecnológica que se impõe. As redes são um verdadeiro

desdobramento desta sociedade da informação, trata-se de “conexões entre entidades”. Assim, sejam “redes de computadores, grades de poder e redes sociais, todas funcionam através do princípio simples de que as pessoas, grupos, sistemas, nós, podem ser conectados para criar um todo integrado”. (SIEMENS, 2004, p. 5)

A contribuição da compreensão das redes faz-se necessária, uma vez que ela instrumentaliza juntamente com a internet a difusão das informações. A sociedade da informação é, então, alicerçada pelo fluxo de informações intenso, uma nova era que coloca à disposição inúmeras maneiras de aprender, ultrapassando o espaço físico dos estabelecimentos de ensino formal. (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

Assim, a tecnologia encurta distâncias, possibilitando o acesso ao conhecimento àqueles que desejam possuí-lo, mas moram longe das instituições de ensino que, geralmente, localizam-se nos grandes centros urbanos. Daí a importância de falar-se em Ensino a Distância – EaD nesse contexto, proporcionando a democratização do ensino e ainda a inclusão social. Trata-se de um novo viés educacional que favorece “ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede” (LÉVY, 2010, p. 160), tornando o aluno mais autônomo, criativo e flexível em seu processo de aprendizagem. Além disso, o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC também facilita a formação contínua do docente, desenvolvendo suas competências para o ensino.

Nesse aspecto, a escola é desafiada a encontrar maneiras de adequar o ensino à nova ordem que se impõe. O aluno precisa desenvolver competências que o façam ser capaz de lidar, de maneira crítica, com o volume de informações que chega até si. As instituições de ensino contemporâneas não só podem, mas devem incentivar e desenvolver nos professores e alunos competências que contribuam para romper com o paradigma tradicional da educação. Cabe à escola, segundo Coutinho e Lisbôa (2011, p. 17), “educar crianças, jovens e adultos de maneira diferente para um mundo mutante”.

Percebe-se, pois, que ao contrário do contexto da prática educativa tradicional, o processo de ensino-aprendizagem não ocorre unicamente dentro da sala de aula, no âmbito formal, mas em todos os lugares, inclusive nos espaços virtuais. Estes podem, inclusive, contribuir para a difusão de informações sobre o patrimônio cultural, auxiliando sobremaneira no processo de educação patrimonial que será abordado de forma mais consistente no próximo item.

## 2. A Educação Patrimonial

Em todo lugar há patrimônio cultural e este representa a identidade de uma determinada comunidade e dos indivíduos que dela fazem parte. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 216, traz um conceito abrangente e expressa que constituem patrimônio não somente os objetos, obras, documentos e edificações, mas também as manifestações culturais, formas de expressão e os modos de criar as ciências, artes e tecnologias, além dos conjuntos urbanos, sítios e paisagens com significado histórico, arqueológico, artístico, científico e ecológico.

A educação patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático, torna possível o reconhecimento deste patrimônio e da importância de protegê-lo. Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial consiste numa “alfabetização cultural”, uma vez que possibilita ao indivíduo a compreensão do espaço sociocultural e histórico em que está inserido. Ao se reconhecer nesse espaço, o indivíduo eleva a sua autoestima, o que o incentiva a valorizar e proteger a sua herança cultural, desenvolver a sua consciência cidadã e tornar-se promotor de práticas voltadas à preservação patrimonial. Esta preservação faz-se importante, pois conserva viva a memória e a identidade contidas no patrimônio de uma determinada comunidade.

Com base no exposto, Tolentino (2012) coloca que a educação patrimonial deve ocorrer democraticamente, priorizando a participação efetiva dos diferentes atores sociais na construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, é importante mencionar que a construção e a manutenção daquilo que se entende por patrimônio cultural ocorrem em contextos diversos, povoados de conflitos de caráter econômico, político e social em que os atores constroem e reconstróem seus significados acerca das concepções patrimoniais. Esses “atores sociais são detentores e produtores das referências culturais” (TOLENTINO, 2012, p.51), portanto, têm papel ativo nesse contexto, podendo ser melhor conduzidos e orientados pelo processo de educação patrimonial.

Nesse cenário, surge, no Brasil, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que se constitui no órgão brasileiro, responsável pela criação e implantação das políticas relacionadas à preservação do patrimônio. Esse órgão considerou o caráter estratégico de ações educativas no auxílio ao processo de proteção do patrimônio, embora, timidamente, a princípio. Entre 1937 e

1967, as ações educativas eram apenas pontuais, ocorrendo dentro dos museus. Esse foi um período que priorizou mais ações voltadas para o tombamento de bens materiais que compunham o patrimônio nacional do que a educação patrimonial propriamente dita. Em 1970, as discussões acerca do patrimônio são ampliadas a partir da criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, que busca a valorização da diversidade e da identidade cultural da nação.

Nesse período, começam a ocorrer encontros nacionais, com a participação de professores, a fim de orientar a educação básica numa relação estreita com a cultura, inclusive envolvendo a comunidade em todo esse processo educacional. O conceito de patrimônio vai se ampliando para além dos bens materiais, incluindo os bens imateriais e a riqueza das manifestações culturais que ecoam em todo o país. Em 2004, finalmente, ocorre a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – GEDUC, primeira instância do IPHAN a dedicar-se mais efetivamente à educação patrimonial. (FLORENCIO et al, 2014).

Porém, apesar dessas iniciativas começarem a acontecer em âmbito nacional, atualmente ainda se percebe um trabalho reduzido e pouco contextualizado nas escolas acerca de temáticas que envolvam o patrimônio. As questões culturais são contempladas nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – CNs, no entanto, nem sempre o entendimento acerca do patrimônio cultural local e da importância de sua preservação está presente no planejamento e nas práticas educativas dos sistemas de ensino da educação básica. Alguns professores, inclusive, possuem carência de fundamentação teórica para realizarem esse trabalho em suas salas de aula. (BRAGA; MACHADO, 2010).

Ao buscar novas possibilidades de trabalho com a educação patrimonial, pretende-se estabelecer sua relação com o uso de tecnologias, o que será melhor abordado no item a seguir.

### **3. Educação Patrimonial e o uso das tecnologias no processo ensino-aprendizagem**

Faz-se necessário, antes de entrar na questão central a que este tópico se propõe, fazer algumas considerações relacionadas à pesquisa bibliográfica da educação patrimonial sob o viés da utilização das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

Salienta-se que para a consecução do presente artigo buscou-se fazer uma breve revisão sistemática com a finalidade de levantar um número de trabalhos escritos nesse sentido e que pudessem subsidiar a melhor compreensão do tema.

Para isso, estabeleceu-se que seriam realizadas pesquisas na Internet a fim de selecionar artigos e dissertações, escritos em português (Brasil), que explorassem o referido tema e, conseqüentemente, que servissem de ponto de partida para o seu aprofundamento. Assim, foram utilizados os seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDBT, Google Acadêmico, SCIELO, Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

Frisa-se que a pesquisa nas bases mencionadas foi realizada durante o período de 15 de maio de 2017 a 15 de junho de 2017. A escolha das referidas bases de produção científica deu-se em razão de sua notoriedade na pesquisa científica.

No que tange aos critérios de pesquisa, foram realizadas as buscas contendo os seguintes descritores: “educação patrimonial”, “tecnologias”, “educação”, “uso de tecnologias na educação”, “blogs”, “vídeos”, “realidade virtual”, “museu virtual”, todos devidamente ligados à problemática abordada no presente trabalho.

Percebe-se que o tema específico da educação patrimonial ligada ao uso de tecnologias na educação ainda é pouco explorado; tal fato já demonstra a relevância acadêmica do estudo em questão. Durante a consecução da pesquisa, foram encontrados apenas trabalhos pontuais das grandes áreas de: arquitetura e urbanismo (CRIVELLI; VIZIOLI, 2016), história (ARRUDA, 2011), arqueologia (SCHWENGBER, 2011), ciências e letras (TARDIVO, 2014), e engenharia de sistemas eletrônicos (LOPES; ZUFFO, 2008), utilizando as modalidades de tecnologia: *games*, museu virtual, realidade virtual e realidade aumentada, mídias virtuais e tecnologias da informação e comunicação de modo geral, todas sendo utilizadas como incentivo ao ensino da educação patrimonial e a proteção do patrimônio cultural. Em linhas gerais, nota-se a utilização de novas possibilidades tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial, porém, fica evidente a necessidade de se avançar quanto ao uso de tecnologias nesse sentido, inclusive chamando a atenção para a importância de trabalhos interdisciplinares e não em disciplinas isoladas.

Estas novas possibilidades tecnológicas permitem a transição de uma perspectiva tradicional da prática educativa focada na aula expositiva com a utilização

de livros para uma perspectiva digital em que professores e alunos podem fazer uso de *smartphones*, *tablets* e computadores. Estes saem, assim, da condição de vilões para figurarem como estratégias pedagógicas viáveis.

Entretanto, a realidade brasileira aponta para algumas dificuldades quanto à inserção das tecnologias no contexto da educação patrimonial como a ausência de informação do docente, bem como estrutura e quantidade de equipamentos ineficientes. (TARDIVO, 2014).

Além disso, nem todos os alunos têm uma internet de qualidade que garanta o acesso às informações, conforme mostra a pesquisa realizada pelo “Instituto Ayrton Senna com base nos dados do Censo Escolar do MEC que revela que apenas 53% das escolas públicas do país têm acesso à internet e só 43% dispõem de banda larga. Na rede privada, a proporção de estabelecimentos com banda larga chega a 80%”. (O GLOBO, 2016) Nesse sentido, os referidos dados demonstram que o uso da tecnologia nas escolas públicas e privadas é uma realidade, e, mesmo dispondo, muitas vezes, de uma qualidade deficiente, não há como negar a sua presença e importância no processo de ensino-aprendizagem das escolas.

De outro modo, pode-se também constatar a utilização das tecnologias fora dos ambientes físicos da sala de aula. Segundo pesquisa realizada em 2014, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, “oito em cada dez crianças e jovens brasileiros entre 9 e 17 anos usuários de internet costumam acessar a rede pelo celular todos ou quase todos os dias”. (UOL, 2015). Deste modo, os acessos pelos celulares e dispositivos digitais estão crescendo cada vez mais, substituindo-se a utilização do antigo computador de mesa pela mobilidade e praticidade trazidas com os celulares e dispositivos digitais – como por exemplo os *tablets*. Ainda sobre a pesquisa desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, do ano de 2013 para o de 2014 houve um aumento superior a 30% (trinta por cento) na utilização dos celulares pelos jovens, e, conseqüentemente, o seu acesso à internet. (UOL, 2015)

No que diz respeito a esta nova realidade, os alunos que anteriormente se limitavam a pesquisas em livros, em computadores de mesa, hoje têm acesso imediato a qualquer conteúdo, de onde quer que estejam, por meio de seus *smartphones* e dispositivos digitais.

Por fim, a tecnologia pode oferecer à educação patrimonial ferramentas que possibilitem uma interação maior entre o aluno e a enorme diversidade cultural existente



no Brasil. Ferramentas como *blogs*, redes sociais, vídeos, *podcasts* são mecanismos que, se utilizados e estimulados pelos professores, são importantes aliados no processo de ensino-aprendizagem e também no esclarecimento sobre a multiplicidade cultural. O seu uso pode contribuir para um fortalecimento da identidade da nação, posto que há o reconhecimento e sentimento de pertencimento a determinado grupo, proporcionando o entrelaçamento das mais variadas formas de expressões culturais que o país dispõe.

### **Considerações finais**

Conclui-se que o uso de tecnologias faz-se importante para a democratização do conhecimento e inclusão social, uma vez que possibilita fazer esse conhecimento chegar às localidades mais remotas do país. Para isso, tanto professor quanto aluno devem desenvolver competências que favoreçam a utilização dos meios tecnológicos.

Nesse sentido, vê-se no uso das tecnologias a possibilidade de proporcionar formas de trabalho mais significativas com a educação patrimonial, oportunizando que alunos que não moram em cidades históricas, conheçam esse patrimônio a partir das TIC, por exemplo. Dessa forma, poderiam ser utilizados vídeos, *podcasts*, *blogs* e jogos através das redes sociais. Assim, torna-se conhecida a diversidade cultural nacional, chamando a atenção para a sua preservação.

Essa diversidade cultural é contemplada a partir dos PCN's, devendo, portanto, ser abordada transversalmente nas práticas pedagógicas da educação básica. Porém, a realidade mostra que em muitos contextos educacionais do Brasil não há essa preocupação desde o planejamento das aulas. Às vezes, os próprios professores desconhecem aspectos referentes ao patrimônio, o que dificulta o trabalho com essa temática.

Além disso, a realidade do ensino público, hoje, obsta o emprego de tecnologias, posto que para sua utilização faz-se necessário uma infraestrutura mínima como, por exemplo, ter disponível uma internet banda larga, *wifi*, *tablets*, computadores, *datashow*. Este fato não é observado em muitas escolas públicas nacionais. No caso das escolas privadas, onde se detém um maior poder econômico, apesar de se observar uma infraestrutura mínima, em muitos casos, a conexão da internet não é de qualidade ou os professores não se encontram devidamente preparados para o trabalho com as TIC.

No contexto que ultrapassa a sala de aula, constata-se que os alunos estão acessando a internet, em sua maioria, dos *smartphones* e também de dispositivos digitais. Há, inclusive, pesquisas que apontam que os jovens têm aumentado o seu acesso à internet e o tempo em que utilizam seus dispositivos digitais e celulares fora da escola. Tais pesquisas serviram para constatar a importância de se estar conectado e a facilidade com que a população tem tido acesso às mais diversas informações.

Por fim, no tocante especificamente à educação patrimonial, o emprego de tecnologias ainda é incipiente no país e requer um comprometimento mútuo, tanto do Poder Público (através de seus órgãos gestores do patrimônio cultural e educação) quanto das instituições de ensino – sejam elas públicas ou privadas – por meio de capacitação dos professores quanto ao esclarecimento da necessidade de trabalhar transversalmente a diversidade cultural.

Mesmo não sendo objeto de pesquisa do referido trabalho, seria interessante fazer um estudo comparativo entre projetos de educação patrimonial que deram certo, utilizando essencialmente as tecnologias da informação e comunicação como instrumentos de difusão da diversidade cultural. Outra sugestão de pesquisa seria o estudo de ferramentas específicas de tecnologia voltadas à educação patrimonial.

## Referências

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Museu virtual, prática docente e ensino de história: apropriações dos professores e potencialidades de elaboração de um museu virtual orientado ao visitante.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9. 2011. Florianópolis. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, Florianópolis, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: 34, 2010.

BRAGA, Gilmar de Cássia; MACHADO, Rosalina Batista. **O ensino da educação patrimonial nas escolas municipais de Belo Horizonte: análise das repercussões escolares dos projetos Paisagem de BH – uma descoberta e do projeto Onde Mora a Minha História.** In: XVI Anais Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Natalia/AppData/Local/Temp/download(2060).PDF> Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos a 6/94.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 464p.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: a sociedade em rede.** Vol. 1. Tradução Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 8 ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI.** *In* Revista da Educação. Disponível em:

<[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista\\_Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o,VolXVIII,n%25C2%25BA1\\_5-22.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o,VolXVIII,n%25C2%25BA1_5-22.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2017.

CRIVELLI, Juliana de Mello; VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. **Gameificação na educação patrimonial:** Escola Álvaro Guião (SP-BR). *In*: CONGRESS OF THE IBEROAMERICAN SOCIETY OF DIGITAL GRAPHICS. 2016. Buenos Aires - Argentina.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: Iphan, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6 ed. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Revisão técnica Fernando Coutinho Cotanda. Porto Alegre: Penso, 2012.

GÓIS, Antônio. “Tem, mas não funciona: pesquisa mostra que em 73% das escolas municipais cariocas a qualidade da conexão à internet é ruim ou péssima”. *O GLOBO.* [Rio de Janeiro – RJ] 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/antonio-gois/post/tem-mas-nao-funciona-pesquisa-mostra-que-em-73-das-escolas-municipais-cariocas-qualidade-da-conexao-internet-e-ruim-ou-pessima.html>> Acesso em: 15 jun. 2017.

HORTA, Maria de Lourdes P. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

LOPES, Roseli de Deus; ZUFFO, Marcelo Knörich. **Ambientes de realidade virtual e realidade aumentada na preservação do patrimônio histórico.** *In*: COMPUTAÇÃO GRÁFICA: PESQUISAS E PROJETOS RUMO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. 2008. São Paulo.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. Novas tecnologias de informação e arqueologia: contribuições para a educação patrimonial. **Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio.** Criciúma – SC. Vol. 17. 2011. p.121-132.

SIEMENS, George. **Conectivismo: Uma teoria de aprendizagem para a Idade Digital.** Disponível em: <<http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo%5Bsiemens%5D.pdf>> Acesso em: 3 de junho de 2017.

TARDIVO, Jéssica Aline. **Ensino, memória e mídias virtuais: os passeios virtuais como possibilidade educacional de resgate da memória de bens culturais sob a ótica de professores de artes do ensino público.** Araraquara, 2014. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

UOL. “82% dos jovens e crianças que acessam a internet navegam por celular todo dia”. *UOL NOTÍCIAS*. [São Paulo – SP] 28 jul. 2015. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/28/80-dos-jovens-e-criancas-acessam-a-internet-pelo-celular-todos-os-dias.htm>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

**Recebido em Outubro 2017**

**Aprovado em Outubro 2017**